

## Sumário

1. Introdução	13
2. Patrimônio e responsabilidade	17
3. Responsabilidade patrimonial e responsabilidade processual	23
4. Responsabilidade patrimonial primária e secundária	25
5. A relação entre o instituto da fraude à execução e a efetividade do processo	29
6. Existência, validade e eficácia do negócio jurídico	33
7. A fraude à execução	39
7.1. Denominação do instituto	39
7.2. O instituto da fraude à execução no ordenamento brasileiro: breve histórico	40
7.3. A fraude à execução no direito comparado	42
7.3.1. Direito Alemão	43
7.3.2. Direito Português	45
7.3.3. Direito Italiano	49
7.3.4. Direito Espanhol	56
7.4. Conceito do instituto da fraude à execução	57
7.5. Fraude à execução e fraude contra credores: semelhanças e conflitos	58
7.6. Situações configuradoras da fraude à execução: tipicidade	69
7.6.1. Pressupostos gerais	70
7.6.1.1. Alienação ou oneração de bens	70
7.6.1.2. Litispendência	72
7.6.2. Pressupostos Específicos	80
7.6.2.1. Litigiosidade sobre bem em decorrência de ação fundada em direito real	80
7.6.2.1.1. A questão da inscrição da citação no registro imobiliário e o ônus da prova quanto à fraude à execução	83
7.6.2.1.2. Alienações sucessivas de bem objeto de ação fundada em direito real	86
7.6.2.2. Insolvência	87
7.6.3. Outros casos de fraude à execução	89
7.6.3.1. Atos de alienação ou oneração após a inscrição da dívida ativa	90

7.6.3.2. Alienação dos bens penhorados, arrestados ou seqüestrados . . . . .	96
7.6.3.2.1. A questão do registro da constrição judicial de bem imóvel e o ônus da prova . . . . .	102
7.6.3.2.2. Alienações sucessivas do imóvel constricto . . . . .	106
7.6.3.3. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar . . . . .	107
7.6.3.4. A quitação fraudulenta por terceiro em conluio com o devedor na penhora de crédito . . . . .	108
7.6.3.5. Fraude após a averbação do ajuizamento da ação de execução . . . . .	109
8. Procedimentos e efeitos da declaração de fraude à execução . . . . .	113
9. A posição do terceiro adquirente em face da execução . . . . .	125
9.1. Adquirente da coisa litigiosa . . . . .	126
9.2. Adquirente de bem cuja transmissão provocou a insolvência do executado e o adquirente de bem constricto judicialmente . . . . .	128
9.3. O adquirente e a questão da impenhorabilidade do bem de família . . . . .	129
9.4. O subadquirente . . . . .	129
10. Demais efeitos da declaração da fraude à execução . . . . .	131
10.1. Fraude à execução como ato atentatório à dignidade da justiça . . . . .	131
10.2. Fraude à execução no Código Penal . . . . .	133
11. Conclusões . . . . .	137
Referências bibliográficas . . . . .	143